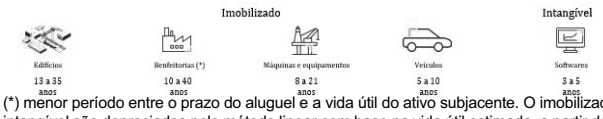
Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ/MF nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

contêiner de Rio Grande foram baseados no desempenho esperado da economia brasileira até que a capacidade operacional seja alcançada. A taxa de desconto foi baseada no WACC e a taxa de crescimento para a projeção se baseia na taxa de inflação somente após a capacidade operacional ser alcançada. As principais premissas usadas para determinar o valor em uso são as seguintes:

	Terminal de contêiner de Rio Grande	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto	8,5%	9,2%
Taxa de crescimento	5,8%	4,3%
Período de projeção	26 anos	27 anos

Testes de recuperabilidade foram conduzidos nessa UGC, devido ao ágio reconhecido na Wilson Sons Holdings Brasil S.A. e o ágio incorporado pela Companhia, e foi concluído que não há fatores que indiquem impairment, uma vez que o valor recuperável excede significativamente o valor contábil. **7. Imobilizado e intangível. 7.1. Política contábil.** Imobilizado e intangível com vidas úteis finitas são registrados pelo custo de aquisição ou de construção menos a depreciação acumulada e qualquer perda por redução ao valor recuperável, e o gasto subsequente é capitalizado somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados à despesa fluam para a Companhia. O ágio da aquisição de um negócio é registrado pelo custo na data de aquisição do negócio menos as perdas acumuladas por *impairment*. Um item do imobilizado e intangível é baixado por ocasião de alienação ou quando não se espera benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda resultante da alienação ou retirada de um item do imobilizado e intangível é determinado como sendo a diferença entre os ganhos na alienação, se aplicável, e o valor contábil do ativo e é reconhecido na demonstração do resultado.



(*) menor período entre o prazo do aluguel e a vida útil do ativo subjacente. O imobilizado e o intangível são depreciados pelo método linear com base na vida útil estimada, a partir da data em que o ativo estiver disponível para o uso e capitalizado. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, referente a marcas. **7.2. Conciliação do saldo contábil do ativo imobilizado**

	Terrenos e Construções	Veículos, máquinas e equipamentos	Total
Custo			
31/12/2020	325.622	474.857	800.479
Adições	6.667	11.933	18.600
Baixas	218	(986)	(768)
Transferências	(49)	49	-
31/12/2021	332.458	485.853	818.311
Adições	9.411	10.523	19.934
Baixas	(394)	(7.998)	(8.392)
Transferências	138	(138)	-
31/12/2022	341.613	488.240	829.853
Depreciação acumulada			
31/12/2020	164.208	288.149	452.357
Adições	8.124	28.968	37.092
Baixas	-	(207)	(207)
31/12/2021	172.332	316.910	489.242
Adições	8.595	24.928	33.523
Baixas	(393)	(7.964)	(8.357)
31/12/2022	180.534	333.874	514.408
31/12/2022	161.079	154.366	315.445
31/12/2021	160.126	168.943	329.069

Em 31/12/2022 e 2021 não há juros capitalizados. Máquinas e equipamentos com valor contábil líquido de R$0,4 milhões (31/12/2021: R$0,5 milhões) foram dados como garantia em vários processos judiciais tributários. Em 31/12/2022, a Companhia tinha compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de R$29,6 milhões (31/12/2021: R$11,2 milhões). O montante refere-se, principalmente, a melhorias em máquinas e equipamentos e benfeitorias no Terminal. Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **7.3. Conciliação do saldo contábil do ativo intangível**

	Sistemas aplicativos softwares	Ágio	Marcas e patentes	Total
Custo				
31/12/2020	22.862	11.860	3	34.725
Adições	1.351	-	-	1.351
31/12/2021	24.213	11.860	3	36.076
Adições	1.310	-	-	1.310
Baixas	(1.210)	-	-	(1.210)
31/12/2022	24.313	11.860	3	36.176
Amortização acumulada				
31/12/2020	14.383	-	-	14.383
Adições	3.193	-	-	3.193
Baixa	(1)	-	-	(1)
31/12/2021	17.575	-	-	17.575
Adições	3.338	-	-	3.338
Baixa	(1.210)	-	-	(1.210)
31/12/2022	19.703	-	-	19.703
31/12/2022	4.610	11.860	3	16.473
31/12/2021	6.638	11.860	3	18.501

Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **8. Direito de uso. 8.1. Política contábil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento pelo valor de custo na data inicial do contrato que seja ou contenha um arrendamento, e posteriormente deprecia esses ativos pelo método linear sobre o período contratual. O grupo mais relevante de arrendamento da Companhia são os ativos operacionais, que se referem, basicamente, ao direito de arrendar e operar o terminal de contêiner no porto de Rio Grande. Esse arrendamento está em vigor até 2047. Para mais informações, veja a nota 9. **8.2. Conciliação do saldo contábil do direito de uso**

Direito de uso por classe de ativo	Ativos operacionais	Construções	Veículos, máquinas e equipamentos	Arrendamentos financeiros	Total
Custo					
31 de dezembro de 2020	223.403	959	820	12.539	237.721
Remensurações contratuais	54.677	12	-	-	54.689
Adições	-	-	27	-	27
Baixas contratuais	-	-	(19)	5	(14)
31 de dezembro de 2021	278.080	971	828	12.544	292.423
Remensurações contratuais	27.450	3	26	-	27.479
Adições	-	-	797	-	797
Baixas contratuais	-	(101)	(38)	-	(139)
31 de dezembro de 2022	305.530	873	1.613	12.544	320.560
Depreciação acumulada					
31 de dezembro de 2020	15.884	327	628	12.394	29.233
Adições[1]	9.458	156	214	71	9.899
Baixas contratuais	-	47	(19)	1	29
31 de dezembro de 2021	25.342	530	823	12.466	39.161
Adições[1]	11.043	146	345	25	11.559
Baixas contratuais	-	(61)	(21)	-	(82)
31 de dezembro de 2022	36.385	615	1.147	12.491	50.638
Saldo contábil					
31 de dezembro de 2022	269.145	258	466	53	269.922
31 de dezembro de 2021	252.738	441	5	78	253.262

[1] Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R$10,5 milhões (31/12/2021: R$9,0 milhões). Em 31/12/2022 e 2021 a Companhia não identificou qualquer indicativo de perda ao valor recuperável sobre esses ativos. **9. Impostos a recolher**

	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recolher[1]	2.084	1.951
INSS a pagar[2]	1.854	1.749
ISS a recolher[3]	1.380	1.454
Imposto de renda e contribuição social a recolher[4]	807	660
FGTS a pagar	555	479
Outros impostos a recolher	-	5
Total	6.680	6.298

(1) PIS e COFINS - tributos federais sobre a receita bruta. (2) INSS a pagar – contribuição federal para a Seguro Social. (3) ISS - Imposto sobre serviços. (4) Imposto de renda e contribuição social a recolher. **10. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento. 10.1. Política contábil.** Empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos são passivos financeiros inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido de custos de transação incorridos, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos da taxa efetiva de juros e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em curso, usando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas nos empréstimos são reconhecidas como custos de transação. Os juros sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados como parte do imobilizado caso estejam diretamente ligados a um ativo qualificável. A capitalização ocorre até que o ativo qualificável esteja pronto para uso. Em 2022 e 2021, a Companhia não registrou nenhum custo capitalizado de empréstimo (nota 8). Os juros sobre empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período em que forem incorridos. O valor justo de empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 22.4. Passivos de arrendamento

Passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Para um portfólio de arrendamentos com características similares, os passivos de arrendamento poderiam ser descontados usando uma única taxa de desconto. Esses pagamentos incluídos no passivo de arrendamento abrangem pagamentos fixos, incluindo na maioria pagamentos fixos e consideram a opção de renovação, quando o exercício da opção contratual é provável e a Companhia detém o controle. Contratos de valor baixo ou de curto prazo são reconhecidos como uma despesa no resultado com base no método linear sobre o período contratual. Pagamentos de arrendamentos variáveis não relacionados a um índice ou taxa são reconhecidos como despesa quando incorridos. Em 31/12/2022, R$1,4 milhão foram reconhecidos no resultado, relativos a contratos de baixo valor e curto prazo e pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos na mensuração de passivos de arrendamento (31/12/2021: R$4,4 milhões).

10.2. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros a.a.	31/12/2022	31/12/2021
Bradesco - NCE - real	14,58% a 15,25%	63.608	101.088
Santander - Real	15,59%	32.769	-
Total		96.377	101.088

10.3. Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos	31/12/2022	31/12/2021
No primeiro ano	41.377	38.588
No segundo ano	25.000	37.500
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	30.000	25.000
Total	96.377	101.088
Total circulante	41.377	38.588
Total não circulante	55.000	62.500

10.4. Conciliação dos empréstimos e financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

31/12/2020	224.498
Adições	25.000
Amortização do principal	(146.150)
Amortização de juros	(8.868)
Juros provisionados	6.608
31/12/2021	101.088
Adições	30.000
Amortização do principal	(37.500)
Amortização de juros	(12.659)
Juros provisionados	15.448
31/12/2022	96.377

10.5. Garantias de empréstimos e financiamentos. O contrato de financiamento do terminal de contêiner Rio Grande com o Bradesco para aquisição de equipamentos conta com uma garantia corporativa da Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. **10.6. Cláusulas restritivas de contratos de financiamento.** A Wilson Sons Terminais e Logística Ltda., como garantidora corporativa, deve cumprir anualmente com pelo menos duas das três cláusulas dos contratos de financiamento do Tecon Rio Grande S.A., celebrados com o Bradesco. Em 31/12/2022 e 2021, a Wilson Sons Terminais e Logística Ltda. cumpriu com todas as cláusulas restritivas anuais para os contratos de empréstimo acima mencionados. **10.7. Conciliação dos passivos de arrendamento**

31/12/2020	219.831
Adições	27
Rescisão de contratos	(13)
Remensurações de contratos	54.204
Amortização do principal	(26.026)
Apropriação de juros	21.550
31/12/2021	269.573
Adições	797
Rescisão de contratos	(62)
Remensurações de contratos	27.478
Amortização do principal	(28.898)
Apropriação de juros[1]	24.649
31/12/2022	293.537

[1] Valores brutos de PIS e COFINS. O impacto líquido no resultado corresponde a R$23,0 milhões (31/12/2021: R$20,1 milhões). **10.8. Análise de vencimento dos passivos de arrendamento**

	31/12/2022	31/12/2021
No primeiro ano	28.893	25.993
No segundo ano	28.764	51.959
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	85.302	51.591
Acima de cinco anos	542.158	518.062
Total	685.117	647.605
Ajuste a valor presente	(391.580)	(378.032)
Total passivo de arrendamento	293.537	269.573

10.9. Informações adicionais sobre os passivos de arrendamento. A fim de cumprir com um normativo emitido pela Comissão de Valores Mobiliários brasileira ("CVM"), as entradas mínimas são divulgadas para fins de projeção de inflação futura, conforme recomendado pela CVM para esse cálculo, todas as outras premissas foram mantidas.

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo inflacionado	724.020	681.912
Juros embutidos	(418.303)	(402.700)
Passivo de arrendamento	305.717	279.212

11. Imposto de renda e contribuição social. 11.1. Política contábil. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado na demonstração do resultado abrangente uma vez que exclui ou inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que nunca são tributáveis ou dedutíveis. A despesa com imposto corrente da Companhia é calculada usando taxas que foram publicadas ou substancialmente publicadas até o final da data de encerramento do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias do valor contábil e da base de cálculo de ativos e passivos, bem como prejuízos fiscais calculados. Entretanto, o imposto diferido não é reconhecido quando é improvável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser usadas e a partir do reconhecimento inicial do ágio resultante de uma combinação de negócios ou se resultar do reconhecimento de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afete o lucro ou prejuízo tributável. A Companhia compensa ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes quando esses itens estiverem em uma mesma entidade e se referirem a impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal que permite que a Companhia faça ou receba um único pagamento líquido. Alterações nas taxas de câmbio para efeitos fiscais criam diferenças entre o custo em reais de itens não monetários (base de cálculo) e o valor equivalente em dólares, e o imposto diferido dessas diferenças é reconhecido para neutralizar o efeito de alterações nas taxas de câmbio de itens não monetários mensurados a valor histórico em reais/dólares contra as taxas de câmbio no final do período. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos através de lucro ou prejuízo, exceto quando se referirem a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **11.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas e custos operacionais; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais. **11.3. Composição dos impostos diferidos**

	Depreciação fiscal	Outras diferenças-temporárias	Itens não monetários	Total
31/12/2020	(32.702)	4.734	(9.780)	(37.748)
Débito (crédito) no resultado	(4.667)	1.039	1.033	(2.595)
Outros ajustes	(7.010)	-	-	(7.010)
31/12/2021	(44.379)	5.773	(8.747)	(47.353)
Crédito no resultado	221	1.948	795	2.964
31/12/2022	(44.158)	7.721	(7.952)	(44.389)

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos correntes	(45.180)	(56.776)
Impostos diferidos	2.964	(2.595)
Total de imposto de renda e contribuição social	(42.216)	(59.371)

11.4. Imposto de renda e contribuição social – conciliação do resultado. O imposto de renda (IRPJ e CSLL) no Brasil é calculado à uma alíquota combinada de 34% sobre o lucro tributável do exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos	129.530	180.158
Alíquota nominal brasileira (34%)	(44.040)	(61.254)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.424)	116
Despesas operacionais - parcelas não dedutíveis	1.404	(567)
Outras exclusões	1.946	2.401
Outras deduções	(102)	(67)
Imposto de renda e contribuição social	(42.216)	(59.371)

Não há consequências fiscais associadas ao pagamento de dividendos em 2022 ou 2021 pela Companhia aos seus acionistas. **12. Provisão para riscos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais. 12.1. Política contábil.** A Companhia é parte de elevado número de ações judiciais resultantes do curso normal do negócio, incluindo demandas cíveis, tributárias, ambientais e trabalhistas. A Companhia utiliza estimativas para avaliar a probabilidade de desembolsos com base em avaliações técnicas de seus assessores legais internos e externos e no julgamento da Administração, e reconhece uma provisão no momento em que a obrigação for considerada provável e para a qual uma estimativa confiável pode ser feita. A contrapartida do passivo é registrada como despesa na demonstração de resultados. Essa obrigação é ajustada com base na evolução do processo judicial e/ou nos encargos financeiros incorridos e pode ser revertida se a estimativa de perda não for mais considerada provável devido a alterações nas circunstâncias ou quando a obrigação é liquidada. A administração não pode indicar quando as provisões podem ser utilizadas, uma vez que a maioria delas envolve litígios e cujo período da resolução é altamente incerto. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos relacionados são prováveis e são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas no período em que sua realização é praticamente certa. **12.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, são resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e essas incertezas envolvem o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da Administração com relação aos resultados potenciais dos eventos futuros. Arbitragem, decisões judiciais e administrativas em processos contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em mudança na probabilidade de desembolsos e suas mensurações, mesmo sendo processos judiciais de circunstâncias semelhantes. **12.3. Natureza dos processos judiciais.** Tributários. A própria Companhia defende contra o governo em relação à taxação considerada inapropriada ou a Companhia considera que tem chance de defender com sucesso sua posição. Trabalhistas. A maioria dos processos envolve pagamentos por insalubridade, horas extras, entre outras. Cíveis. Ações de indenização envolvendo danos materiais, ambientais e de transporte marítimo e outras disputas contratuais.

12.4. Processos judiciais provisionados

	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
31/12/2020	10.955	-	1.548	12.503
Aumento da provisão no ano	232	-	119	351
Valores não utilizados revertidos	(3.903)	-	234	(3.669)
Utilização das provisões	(117)	-	-	(117)
31/12/2021	7.167	-	1.901	9.068
Aumento da provisão no período	306	2.153	71	2.530
Valores não utilizados revertidos	(982)	-	(1.428)	(2.410)
Utilização das provisões	(386)	-	-	(386)
31/12/2022	6.105	2.153	544	8.802

12.5. Processos contingentes. A composição dos processos possíveis é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências tributárias	64.945	63.515
Contingências cíveis	16.883	27.364
Contingências trabalhistas	7.605	6.200
Total	89.433	97.079

13. Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio. 13.1. Política contábil. Remuneração aos acionistas. A remuneração aos acionistas pode ocorrer na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Essa remuneração é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com seu Estatuto Social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Estatuto Social somente será reconhecido no passivo circulante na data de sua aprovação pelos acionistas. Dividendos obrigatórios. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente será declarado pelo conselho administrativo como dividendos a serem distribuídos aos membros antes da próxima assembleia geral anual, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia determina que os dividendos serão obrigatórios a menos que o conselho considerar que o pagamento de tais dividendos não será do interesse da Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na assembleia geral anual. Juros sobre o capital próprio. O cálculo se baseia nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, os juros não podem exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucro, conforme determinado pela lei societária brasileira. O benefício da Companhia, diferente do pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos do imposto de renda, uma vez que as despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parte da remuneração referente aos juros sobre o capital próprio, a Companhia retém 15% do imposto de renda em nome dos acionistas. De acordo com a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados parte do dividendo anual mínimo. Essa distribuição de juros sobre o capital próprio é tratada para efeitos contábeis como uma dedução do patrimônio líquido de forma similar ao dividendo e ao crédito fiscal registrado no resultado. **13.2. Conciliação de dividendos a pagar**

31/12/2020	-
Dividendos deliberados	101.799
Pagamentos	(101.799)
31/12/2021	-
Dividendos deliberados	88.500
Pagamentos	(88.500)
31/12/2022	-

14. Patrimônio líquido. 14.1. Política contábil. Reserva estatutária. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, constitui-se reserva de 1% do lucro líquido do exercício até o limite de 50% do capital social, destinada para restituição de capital dos acionistas nos casos de extinção do arrendamento do terminal outorgado à Companhia. Em 2022 a Companhia constituiu R$0,9 milhões (31/12/2021: R$1,2 milhões) de reserva estatutária conforme definido em seu estatuto. Reserva de lucros. A administração está propondo a destinação dos lucros remanescentes de R$62.6 milhões em 2022 (31/12/2021: R$69.7 milhões), nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, após o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para a reserva de investimentos baseada nos orçamentos de capital da Companhia, devido a sua situação financeira e seus compromissos assumidos. O saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o seu capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 (alterada), atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso. A Administração apresentará na próxima assembleia geral a sua proposta para a aplicação desse excesso. Reserva legal. De acordo com o Art. 193 da Lei das Companhias por ações, essa reserva é constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social realizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. A Companhia não constituiu reserva legal nos anos de 2022 e 2021. **14.2. Capital social.** Em 31/12/2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$44.265.395,65 (31/12/2021: R$44.265.395,65), dividido em 11.774 ações ordinárias e 14.079 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	%
		2022		
Wilson Sons Terminais & Logística Ltda.	11.774	14.079	25.853	100%
		2021		
Wilson Sons Terminais & Logística Ltda.	11.774	14.079	25.853	100%

15. Receita. 15.1. Política contábil. Receita operacional. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação de serviços prestados no curso normal do negócio da Companhia, líquida de descontos e outros impostos sobre venda e é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. Obrigação de desempenho. As principais fontes das obrigações de desempenho da Companhia e os momentos em que elas são reconhecidas na demonstração de resultados estão demonstrados abaixo:

Obrigação de desempenho	Quando a obrigação de desempenho for normalmente atingida
Terminais de contêineres	
Movimentação de contêineres	Em um momento específico no tempo
Armazenagem	Em um momento específico no tempo
Serviços auxiliares	Em um momento específico no tempo
Outros serviços	Em um momento específico no tempo

A maioria das obrigações de desempenho da Companhia são atingidas em um momento específico do tempo na entrega do serviço e o pagamento é geralmente feito em até 20 dias após o serviço ser concluído. Não há julgamentos relevantes nos cenários das obrigações de desempenho.

15.2. Conciliação da receita	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	458.826	484.742
Receita de prestação de serviços	458.826	484.742
Deduções	(45.501)	(41.095)
Descontos	(10)	(181)
Receita cancelada	(4.301)	(1.645)
Tributos	(41.190)	(39.269)
Receita operacional líquida	413.325	443.647